

Movimentos Sociais: Uma compreensão possível a partir do Movimento Feminista

Autora: Letícia Pinho da Silva

2º semestre/ 2017

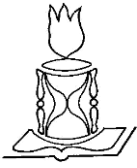
Texto Teórico

Trabalho apresentado junto à disciplina de Estágio Supervisionado em Ciências Sociais. Reflexão teórica para elaboração de roteiro de atividades didáticas.

A proposta de tema a ser elaborado no artigo teórico e roteiro de atividades didáticas é Movimentos Sociais, que faz parte do currículo da Sociologia para o ensino médio. Essa escolha foi feita com base na importância de se compreender os novos movimentos sociais e as mobilizações da atualidade à luz de discussões teóricas da Sociologia.

Esse trabalho tem como ponto de partida apresentação mais geral sobre Movimentos Sociais, que é um tema clássico e muito amplo das Ciências Sociais, para um recorte mais específico que é a participação política de mulheres no movimento feminista. A ideia é partir do movimento feminista, que é um tipo de movimento social que tem bastante repercussão atualmente para discutir o conteúdo proposto trabalhando alguns eixos como gênero, participação política e mobilizações.

Cada sociedade e época histórica têm suas características próprias, de cultura, economia, formas de organização social. Ao longo da história humana, no mundo ocidental, muitas foram as formas de organização social e política que se



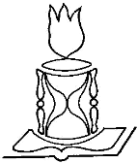
desenvolveram e, nesse sentido, Max Beer chama a atenção para a longa trajetória de lutas sociais que marcaram mudanças e transformações em diferentes sociedades ao longo da história (2006). Um caminho que vai desde o que ele chama de lutas sociais da antiguidade, passando pela idade média, pelos tempos modernos com as revoltas camponesas contra os cercamentos até as lutas contemporâneas, que seriam as lutas relacionadas à classe trabalhadora e os processos revolucionários do final do século XIX até a 2ª grande guerra já no século XX (Beer, 2006).

É possível afirmar que a organização social coletiva e reivindicatória não é um fenômeno que surge relacionado somente com o desenvolvimento do capitalismo industrial no final do século XVII e XIX. É anterior, mas assume contornos mais específicos a partir da Revolução Industrial e problemas sociais dela advindos. Frank e Fuentes observam que algumas formas de organização como movimentos camponeses, étnicos, nacionalistas, religiosos ou até mesmo de mulheres, existiram durante séculos e até mesmo milênios em todo o mundo (1989). Em cada momento histórico o seu surgimento se deu em resposta a necessidades sociais próprias de cada tempo (1989).

Segundo Charles Tilly, ao final do século XVII os habitantes da Europa Ocidental e América do norte começaram, no que ele caracteriza como “gesto profético” (Tilly, 2010, pag. 20), a dar forma a um novo fenômeno político com a criação dos primeiros movimentos sociais.

Para esse autor os Movimentos Sociais “são organizações globais formadas por diferentes grupos de interesse e incluem as camadas mais significativas da sociedade como trabalhadores, mulheres, estudantes, jovens e intelectualidade. Estão unidos no geral por um ponto comum de ausência de democracia num cenário político determinado, percebida por todas as camadas” (Tilly, 2010, pag.17). São organizações de caráter político, que mobilizam pessoas e que tem objetivos de mudança social, são agentes de influência e persuasão e que incidem na vida política (Tilly, 2010).

No artigo “Para mapear o confronto político”, os autores Charles Tilly, Sidney Tarrow e MacAdam definem movimento social como “uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo



injustamente prejudicada ou ameaçada por isso.” (MacAdam, Tarrow e Tilly, 2009, pag. 21)

Delimitar bem o que são os movimentos sociais é um esforço necessário pois dada a variedade de tipos de ações coletivas, corre-se o risco de misturar formas de atuação que são diferentes, por mais que muitas das vezes possam se complementar. Alain Tourraine chama a atenção para a importância de não se confundir ou misturar movimentos sociais a todo tipo de ação coletiva, destacando que movimento social é uma “ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada” (Tourraine, 2006, pg 18).

O autor afirma que “trata-se de estudar os movimentos que colocam em questão condições particulares, isto é, em domínios socialmente definidos, uma dominação que, em sua natureza e em suas aplicações, tem um impacto geral. Essa afirmação conduz diretamente a uma segunda, a saber, que só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação.” (Tourraine, 2006, pg 19).

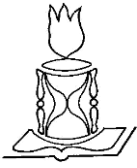
Em resposta a quê surgem os Movimentos Sociais?

Charles Tilly apresenta uma reflexão acerca o processo de produção, consolidação e reprodução das desigualdades sociais, resguardando as especificidades de cada sociedade (Tilly 2000). Ele propõe que a desigualdade seja analisada de forma relacional, o que permitiria identificar processos de interação social, que produzem e sustentam relações entre categorias de pessoas (Tilly, 2000). O autor chama a atenção para o fato de que, entendendo que a desigualdade e sua reprodução se dão de forma relacional, o questionamento e enfrentamento também se dão de forma relacional (Tilly, 2000).

Outro conceito importante é o de “confronto político”, formulada por autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Mac Adam, que “tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas” (MacAdam, Tarrow e Tilly, 2009, pag. 11).

Segundo Alonso, “Tilly apoiou-se numa perspectiva pragmática, definindo repertório como ‘um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (Alonso, 2009, pag 58).

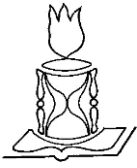
Movimento Feminista como Movimento Social



Se convencionou no movimento e literatura feminista a categorização da história do movimento em 3 grandes ondas. Essas ondas são divididas tanto no tempo histórico em que se deram como também em relação à sua agenda política. De acordo com Toledo (2008), a primeira onda feminista surge no final do século XIX, com o movimento sufragista, movimento que reivindicava o direito ao voto e direitos democráticos para as mulheres; a segunda onda feminista estaria localizada no final dos anos 60 e início dos anos 70, que foi caracterizado pela pauta da liberação sexual e a compreensão de que o pessoal é político; e a terceira onda feminista se daria no final dos anos 70, e início dos anos 80, caracterizada pela pauta sindical e com maior protagonismo das mulheres trabalhadoras e latino americanas (Toledo, 2008, pag. 89). Atualmente está em discussão se há uma quarta onda feminista em andamento, marcada por novas formas de atuação, táticas, pautas e sentidos.

O movimento feminista é, antes de tudo, um movimento de mulheres. A categoria de gênero é central e nos auxilia na construção dessa reflexão, pois se trata de um marcador social da diferença. Um resgate histórico dessa categoria é fundamental para localizar que conceitos serão operados em conjunto e de que lugar teórico está falando. É importante destacar que a utilização do gênero como categoria de análise começa a se dar com mais força no final do século XX. De acordo com Carlotto, a categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais (Carlotto, pg. 206, 2001).

Entendendo o gênero como um campo de saber, discussão e conhecimento sobre as diferenças entre homens e mulheres, sendo que essas diferenças ganham sentido e significados que são atribuídos socialmente (Miguel, 2014), o conceito de gênero começou a ser usado de forma mais ampla com as feministas na metade do século passado e em meados dos anos 80 se consolidou. O objetivo de muitas das estudiosas e ativistas do tema era justamente opor-se a um determinismo biológico nas relações entre indivíduos de sexos diferentes, apresentando uma abordagem analítica sobre o caráter fundamentalmente social dessas relações (Toledo, 2008). Tirar do campo do biológico e trazer para o campo do social era uma forma de mostrar que a construção do gênero é algo social e, portanto, passível de ser problematizado e transformado.

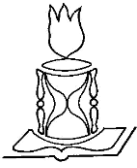


A construção dos papéis de gênero masculino e feminino é da ordem do social, por mais que reconheçamos que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres. A existência de certos padrões pode ser observada em muitos casos e são importantes para a compreensão, mas não pode ser tratada como absoluta e conclusiva. É importante observar a existência desses padrões, mas também problematizá-los, pois a depender da cultura, da localidade, dos processos sociais e históricos, esses padrões mudam (Miguel, 2014). A complexidade da diferença entre homens e mulheres na vida social não pode ser resumida como uma linha de continuidade, como um desdobramento das suas características biológicas e os papéis de gênero que são atribuídos aos sexos desde o nascimento (Miguel, 2014).

O gênero também é uma categoria que está em relação. Para Joan Scott é necessário entender esse aspecto relacional, na maneira como se dá a relação entre os sexos e os significados que são atribuídos e as práticas que diferenciam homens e mulheres, bem como as hierarquias e as relações de poder (Scott, 1995). Deve levar em conta não apenas o âmbito doméstico, lugar histórico clássico atribuído para as mulheres, mas também o mundo público e as instituições e o papel que elas exercem na construção dos papéis de gênero (1995). Essas instituições são construções sociais que intervêm e organizam a sociedade. É necessário entender, segundo a autora, como que essas relações de diferença, que são relações de poder e hierarquia, permeiam todos os aspectos da vida em sociedade desde o fórum mais íntimo da interação entre os indivíduos até os aspectos mais gerais na vida em sociedade.

No Brasil, como em inúmeros países, homens e mulheres não estão em condições de igualdade. Quando observamos os indicadores sociais com recorte de gênero e raça, vamos perceber que em vários deles há diferenças significativas (Hirata, 2014). São diferenças em índices que levam em conta violência, remuneração no mercado de trabalho, inserção e representação política e tantos outros. Essas diferenças são manifestadas nos mais variados aspectos da realidade da vida em sociedade, delineiam a vida, deixam marcas e influenciam também nos processos de organização e mobilização coletiva.

Se por um lado a categoria de gênero feminino refere-se a um amplo grupo social integrado por mulheres, é importante destacar que ser mulher não é o único pertencimento, não é a única marca social carregada (Kergoat, 2010). Existem intersecções e papéis que se entrelaçam: de raça, de gênero, se de sexualidade, de



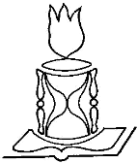
classe. Esses marcadores são oriundos de processos sociais diversos e se combinam de variadas formas naqueles que os carregam. Portanto não se trata de um grupo coeso e homogêneo, não se trata de uma mulher única, universal, mas de mulheres no plural, com diferenças e especificidades (Kergoat, 2010).

O conceito de interseccionalidade surgiu no contexto do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, como crítica das feministas negras ao movimento feminista da época, que abordava centralmente as questões das mulheres brancas e de classe média, formando uma agenda política de reivindicações que não diziam respeito às mulheres negras (Hirata, 2014). O movimento de mulheres negras e as feministas interseccionais tem dado contribuições valiosas nesse terreno, debatendo as diferentes vivências e experiências de opressão na vida cotidianas trazendo reflexões sobre a interdependência das relações sociais de raça, sexo e classe (Hirata, 2014).

Compreender a intersecção é perceber as interações entre gênero e raça, e que essas interações marcam as posições das mulheres negras em situações, por exemplo, de violência ou de ausência de direitos e mercado de trabalho (Kergoat, 2010). O conceito de interseccionalidade tem ganhado força nos atuais movimentos feministas, que reivindicam a necessária articulação das categorias gênero, raça e classe. Outras formas de opressão também têm sido apontadas pelos movimentos feministas atuais como a opressão contra mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, gordas, imigrantes, nordestinas, mães e deficientes físicas, por exemplo.

O movimento de mulheres negras teve seu desenvolvimento no Brasil a partir da década de 1970, contexto marcado por governos de regime ditatorial e militar, foi influenciado assim como as organizações desse período pela luta por redemocratização do país e a busca por direitos. Seria incorreto afirmar que antes desse período não existia organização e mobilização de negros e negras no Brasil, mas é no contexto dos anos 60 e 70 que o movimento ganha delineamentos mais próximos do que é hoje (Prado e Rodrigues, 2010).

As mulheres negras se organizaram nesse período tentando dar visibilidade às formas de opressão e o lugar na base da pirâmide social. Esse debate não foi incorporado nem pelo movimento feminista mais tradicional, em sua maioria composto por mulheres brancas, nem pelo movimento negro, pois a questão de gênero muitas vezes ficava colocada em segundo plano (Prado e Rodrigues 2010). Foi a partir disto e tentando discutir a sua especificidade que as mulheres negras começaram a se organizar em caráter nacional (Prado e Rodrigues, 2010).



O impacto das Jornadas de Junho¹ no Movimento Feminista.

As ondas de mobilizações ocorridas em junho de 2013, as Jornadas de Junho, foram um marco para os movimentos sociais no Brasil. Pelas ruas de todo o país o que vimos foi um novo tipo de militância, desgarrada e que ultrapassa as fronteiras de partidos políticos e entidades sindicais e estudantis. Embora milhares de brasileiros tenham saído às ruas para protestar contra aumento de passagem ou contra a corrupção, muitas outras pautas e reivindicações ganharam força. (Singer, 2013).

O feminismo brasileiro, como parte dos movimentos sociais, e refletindo esse processo de reorganização e transformação, está em um novo momento. Nas mobilizações da Primavera Feminista² de 2015, foi possível perceber muitos elementos que nos ajudam a compreender como, na prática, o movimento feminista vem se reinventando e reorganizando no Brasil. Muitas convocações, via redes sociais, foram iniciativas de mulheres que davam seus primeiros passos no ativismo político e essa foi uma marca fundamental em todo processo das lutas feministas contra Cunha e contra a cultura do estupro.

A militância, com a popularidade das redes sociais, sofreu uma grande mudança nos últimos anos. Muitos dos debates acerca das questões de gênero são feitos nas redes sociais, em grupos de Facebook, páginas, blogs e canais no Youtube dedicados ao assunto. Esses meios acabam, por muitas vezes, sendo o primeiro contato de mulheres, principalmente as jovens, com o feminismo.

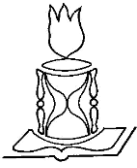
A internet também cumpre um papel importante nas convocações de manifestações, divulgação de reivindicações e massificação de ideias como, por exemplo, nas manifestações da primavera feminista em 2015 no Brasil, contra os estupros coletivos³ em 2016 ou na convocação da greve internacional de mulheres⁴

¹ Mobilizações contra o aumento das tarifas de transporte público, impulsionadas pelo movimento Passe Livre em Junho de 2013 .

² Manifestações que tiveram início no final de outubro e novembro de 2015 em protesto ao projeto do ex deputado Eduardo Cunha que tinha como pontos polêmicos dificultar o acesso à pílula do dia seguinte e restringir o direito ao aborto legal para as mulheres vítimas de estupro.

³ *Manifestações* em defesa dos direitos das mulheres após o *estupro coletivo* registrado *contra* uma jovem de 16 anos ocorrido na Zona Oeste do *Rio* de Janeiro em junho de 2016.

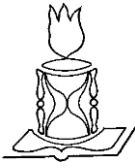
⁴ Manifestações e paralisações em dezenas de países realizadas à partir da convocação expressa no manifesto “Para além do “faça acontecer”: por um feminismo dos 99% e uma greve



em 2017. Castells apontou a importância fundamental do papel da internet e das redes sociais para os movimentos sociais, desde a primavera árabe com as manifestações no norte da África, Líbia e Egito (Castells, 2013).

O que vimos com essas mobilizações recentes foi uma nova forma de organização, que inclusive levando as organizações mais tradicionais a se recolocar. Diferente dos movimentos sociais mais tradicionais, as mobilizações do que podemos chamar de novos movimentos feministas são marcadas pela ausência de carros de som, muitas vezes sem microfone, materiais, faixas, jograis e performances artísticas. De um modo geral, os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil (Prado e Rodrigues, 2010).

Esse é um processo ainda em andamento, muito vivo e atual que possibilita novos estudos sobre os rumos dos movimentos sociais, em especial do movimento feminista.



Referências bibliográficas

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, v. 76: 49-86, 2009.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revistas de estudos feministas*. Florianópolis, 1995, vol. 3, nº2, PP.458-463

BEER, Max. *Historia do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOTTO, Cássia Maria. O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*. UEL. Volume 3- Número 2 .Jan/Jun 2001.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, nº 17, junho 1989.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da nossa época, 47).

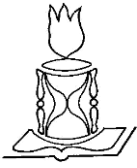
GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, 2010. 86: 93-103.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais *Tempo soc.* vol.26 no.1 São Paulo Jan./June 2014

McADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2009, 76, p. 11-48.

MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo, 2014.



NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

PRADO, Marco Aurélio Maximo e RODRIGUES, Cristiano Santos. Movimento de Mulheres Negras: Trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. Psicologia & Sociedade; 22 (3): 445-456, 2010

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, nº 2, p. 113-128, jul./dez., 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. "No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual". In: MADEIRA, F. R. (Org.). Quem mandou nascer mulher? Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1997.

SINGER, André. (2013) "Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas." Novos Estudos-CEBRAP 97: 23-40.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol.20 (2), jul./dez.1995.

TILLY, Charles. De esencias y de vínculos. In: La desigualdad persistente. Manantial, Buenos Aires, pp.15-53 e 87-128, 2000.

TILLY, C. Los movimientos sociales, 1768-2008: desde SUS Orígenes a facebook. Barcelona: Editorial Critica, 2010.

TOLEDO, Cecília. O gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: 2008. Editora Sundermann

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado, v. 21, n. 1, p. 17– 28, abr. 2006.